



Ata da Audiência Pública para apresentação e discussão da Lei Orçamentária Anual e revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

Data: 25/092025

Local: Auditório da Secretaria de Finanças

Tema: Audiência Pública para apresentação e discussão da Lei Orçamentária Anual e revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

Aos 25 dias do mês de setembro de 2025, às 18 horas e 45 minutos, no auditório da Secretaria de finanças da Prefeitura de Guarulhos, Sítio à Rua do Rosário, 300 – Vila Camargos, realizou-se a Audiência Pública para apresentação e discussão da Lei Orçamentária Anual e revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, audiência esta, convocada por edital publicado no Diário Oficial do dia 02 de setembro de 2025.

O Sr. Guilherme Costa Moreira abriu a audiência dando as boas vindas aos participantes, e explicando que houve mudança na estrutura administrativa da prefeitura, na qual o Departamento de Planejamento Orçamentário foi dividido em Subsecretaria de Planejamento e Departamento de Gestão Orçamentária. Em seguida apresentou o secretário a quem passou a palavra.

O Sr. José Claudio se apresentou, agradeceu a presença dos participantes e acrescentou que independente da mudança na estrutura, o trabalho continua sendo realizado em conjunto, e as peças orçamentárias foram elaboradas pela equipe que já estava no Departamento de Planejamento Orçamentário.

Retomando a palavra, Guilherme informou que o mesmo material que será apresentado pode também ser acessado e acompanhado pelo QR Code disponibilizado na tela. Acrescentou que a proposta de LOA apresentada foi iniciada em meados de abril de 2025 com o PPA, que traduz o Programa de Governo do Prefeito Lucas em programas e ações, e a publicação da LDO que define uma expectativa de receita e cria metas fiscais. Explicou que a LOA tem o papel principal de distribuir os recursos em cada uma das caixas orçamentárias, onde os programas e ações serão executados para atingir as metas e cumprir os índices dos indicadores. Disse que em outras palavras, a apresentação da LOA fala também do PPA e da LDO, pois as três peças conversam o tempo todo. Explicou ainda que o orçamento é construído tomando por base a previsão de receita, cujo primeiro passo é projetar quanto haverá de recursos para gastar, sempre com base em informações do cenário macroeconômico como PIB e IPCA.

O Sr. José Wilker Guimarães Mattos, Chefe de Divisão Técnica de Gestão da Receita fez uma breve explicação sobre a composição da receita, em corrente e de capital, e sobre as fontes de receita (municipal, estadual, federal e de operações de crédito). Demonstrou que 97% das receitas da LOA é de receitas correntes, e que dividindo por fontes percebe-se que a maioria está no tesouro municipal. Explicou também a previsão por rubrica, demonstrando que as maiores receitas são provenientes do ISS e IPTU entre as municipais, ICMS e IPVA, estaduais e do FUNDEB. Em seguida discorreu sobre as despesas, divididas também em despesas correntes mais relacionadas a manutenção dos próprios, custeio da parte administrativa incluindo servidores, que são a maior despesa, e reserva de contingência, e despesas de capital. Destacou as maiores despesas (saúde, educação e administração) e falou sobre as áreas de saúde e educação que têm os investimentos mínimos definidos por lei, recordando que Guarulhos historicamente investe nestas áreas muito mais que o percentual mínimo preconizado. Por fim detalhou a metodologia utilizada para a previsão da receita e passou ao Sr. Marco Antonio de Souza para discorrer sobre o PPA.

O Sr. Marco Antonio de Souza iniciou lembrando que o PPA vem desde a Constituição Federal de 1988, e da Lei Complementar 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que orientam a elaboração das três peças orçamentárias. Fez um breve histórico da construção do PPA 2026-2029, com início em março de 2025, envolvendo secretários e diretores para alinhamento da forma de elaboração do PPA, como uma gestão por resultado, seguido de treinamento a 80 servidores que trabalham diretamente com orçamento (Agentes orçamentários, solicitantes e avaliadores), e criação de planilhas e manuais, além de visitas a todas as secretarias, explicando e envolvendo servidores. Falou que o resultado foi a definição



de sete macro objetivos: governança e transparência, proteção social, desenvolvimento urbano sustentável, saúde e qualidade de vida, meio ambiente, educação e cultura e segurança pública. Em seguida detalhou cada um dos programas com os valores previstos e finalizou dizendo que potenciais dúvidas podem ser respondidas através do e-mail.

Franqueada a palavra, o primeiro participante diz que sentiu falta de maior participação do conselho do OP na construção do PPA em que pese a audiência realizada em julho. Diz que consegue ver pontos que poderiam ser melhorados se tivesse havido mais participação, cita um exemplo relacionado ao Transporte e Mobilidade urbana, onde objetivo e justificativa não conversam e reclama que enfrenta dificuldade de dialogar com a Secretaria em questão. Reclama também que os conselheiros do OP não receberam capacitação para exercerem suas funções. Por fim pede que a gestão se aproxime mais da participação popular.

Em resposta, Guilherme diz concordar com a necessidade de participação popular na construção do orçamento, pois não basta ser tecnicamente e formalmente bem escrito se não contemplar as demandas dos cidadãos. Diz que foi feito um esforço de aproximação da equipe com todas as secretarias, de cujas visitas a Sra. Rosana participou representando o Conselho do OP. Relata que esse movimento tem o objetivo de estreitar laços com as pontas, mais do que com a equipe de planejamento, para que as demandas da assembléia cheguem as secretarias e na hora de montar o planejamento atendam a demanda da sociedade, não somente ao que o prefeito espera. E acrescentou que a elaboração deste PPA levou em consideração inclusive as propostas que não foram eleitas na assembléia. Explicou ainda que as vezes, podem não estar explícitas, mas estão contempladas no programa, no indicador, na meta.

Outro participante reclamou da ausência do prefeito. Sobre isto Guilherme esclareceu que toda a equipe técnica presente na audiência representa o prefeito.

Houve um breve debate entre os conselheiros sobre este assunto, mas entendendo-se que não era objeto desta audiência, decidiu-se por voltar ao debate sobre o PPA, momento no qual o Sr. Amaro, conselheiro do OP relata que sentiu falta de discussão sobre moradia. Na sequência, Jéssica, conselheira tutelar pergunta se ainda é possível alterar a distribuição do recurso da Assistência Social dentro da secretaria e foi seguida pelo Leonardo, também conselheiro tutelar que considerou que o orçamento da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social está defasado em relação a outros municípios e perguntou se há previsão de aumentar os recursos para os órgãos da rede de proteção.

Guilherme respondeu que o orçamento para a SDAS para 2026 é maior do que foi em 2025, principalmente na fonte do tesouro e explicou, fez uma breve explicação sobre a dinâmica de distribuição dos recursos para dizer que após a alocação dos recursos do tesouro, que é o que pode gastar livremente, atendendo os percentuais obrigatórios para saúde e educação, o pagamento de precatórios, etc, o que sobra para distribuir entre as outras secretarias é 10% do orçamento. A saída é aumentar a arrecadação, mas isso implica aumento de impostos, ou buscar uma fonte externa, estadual ou federal. O PPA e a LOA contemplam esses valores, mas muitos deles vem de emendas parlamentares e não aparecem agora no orçamento mas ao longo da execução.

Rafaela, conselheira tutelar, pergunta como o PPA e a LOA contemplam recursos para manutenção das sedes dos conselhos e Guilherme sugere que envie essa pergunta para o e-mail por ser muito específica da SDAS. A pergunta será enviada à secretaria e a resposta à munícipe.

Juliana, conselheira tutelar, diz que gostaria de ter sido informada da construção do PPA e da LOA com mais antecedência para poder contribuir melhor.

Guilherme explicou que a equipe tem trabalhado para melhorar as formas de participação inclusive com a busca por um canal de diálogo digital. Por hora, além do presencial, conta com o e-mail inclusive para marcar agenda, mas acrescentou que o que está pronta é a proposta, que ainda depende de aprovação pela Câmara, onde ela também vai ser discutida e pode receber emendas. Para o próximo ano, 2026, a LDO será feita em abril e a LOA em setembro. Antes disso o conselho do OP será ouvido e haverá audiências públicas.



Leonardo ainda pergunta como saber mais detalhadamente a distribuição do recurso dentro da secretaria e o Guilherme explica que por ser interno à secretaria, onde o ordenador de despesa tem autonomia e conhece melhor tanto o recurso quanto a necessidade da pasta, é importante fazer o diálogo diretamente com ele. Coloca-se à disposição para intermediar a conversa, se necessário.

Sandra Amorim, conselheira tutelar pergunta se os recursos de emendas parlamentares vêm definidos em que ser aplicados ou são distribuídos no município. Ao que o Guilherme explica que existem as duas formas. Quando vem com objeto específico definido tem que ser executado conforme a definição. Se vier de forma difusa o secretário pode distribuir livremente.

Após certificar-se que não haviam mais inscritos para uso da palavra, o Sr. José Claudio usou a palavra para agradecer mais uma vez a presença de todos e informou que fez questão de ouvir atentamente todas as manifestações. Assumiu o compromisso de caminhar junto com o Conselho do OP e reafirmou a busca de uma ferramenta digital para sintetizar melhor as demandas de forma a subsidiar a elaboração das peças de orçamento. Por fim encerrou a audiência às 19 horas e 44 minutos e eu, Ana Celia da Cunha, Lavrei a presente ata.

Guilherme Costa Moreira

Diretor

Depto. de Planejamento Orçamentário

Marco Antonio de Souza

Chefe de Divisão

Divisão de Plan. e Gestão de Planos de Governo